



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Assessoria Especial de Controle Interno
Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle

REGISTRO DE REUNIÃO

MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CITARC

29/08/2024

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle
Sigla: CITARC

Ato de Criação: Portaria GM/MGI nº 5.897, de 5 de outubro de 2023

Periodicidade das reuniões ordinárias: 6 vezes ao ano (Art. 4º, Inciso I)

Presidência: Francisco Eduardo de Holanda Bessa (AECI)

Secretaria-Executiva: Flávio Horácio Souza Vieira (AECI/CORIS)

DADOS DA REUNIÃO

Data: 29 de agosto de 2024

Horário: 9h30min - 11h30min

Local: Reunião realizada na plataforma Teams.

Tipo: () Presencial () Vídeo Conferência (X) Híbrida - Salão Nobre Bloco K e Teams

PAUTA DA REUNIÃO

Pauta Informativa:

Pauta Informativa:

Integridade

1. Plano Federal e Plano setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação
2. Atualização contínua e monitoramento do Plano de Integridade do MGI - 2024/2025
3. Obrigação de preenchimento do Sistema e-Patri

Riscos

4. Guia de Gestão de Riscos do MGI

Transparência

5. Respostas sobre Dados Abertos do MGI

Controle

6. Importância do acompanhamento das abordagens dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) no MGI

CITARC

7. Boletim Informativo CITARC

REUNIÃO

Em 29 de junho de 2024, às 9h30min, reuniram-se os membros, titulares e suplentes, do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle (CITARC) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e Presidente do CITARC, Sr. Francisco Eduardo de Holanda Bessa, recebeu os membros e demais participantes, realizou a conferência e confirmação do quórum de participação, e em seguida iniciou a reunião comentando sobre os itens da pauta.

1. Plano Federal e Plano setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação:

A Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APDS), Sra. Daniela Salomão Gorayeb, iniciou a pauta relatando sobre o Programa Federal e Plano Federal e planos setoriais de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, conforme disposto no Decreto Nº 12.122, de 30 de julho de 2024, discorrendo sobre os principais aspectos do programa.

Na apresentação, foi relatado que o referido Programa será constituído de Plano Federal (a ser instituído pela Portaria da Ministra Esther Dweck) e de Planos Setoriais (a serem publicados 120 dias após a publicação da Portaria do Plano Federal), estruturados em três eixos:

- I - prevenção, com ações de formação, de sensibilização e de promoção à saúde;
- II - acolhimento, com ações para organização de redes e canais de acolhimento; e
- III - tratamento de denúncias, com o estabelecimento de diretrizes e de orientações que evitem a revitimização e a retaliação.

Também foi citada a importância do Comitê Gestor do Plano Federal, a ser coordenado pelo MGI e composto pelos ministérios participantes do Grupo de Trabalho Interministerial (MM, MDHC, MIR, MPI, MTE, MS, MEC, MJSP, AGU e CGU), além dos comitês estaduais, com representantes dos órgãos federais nos estados, e responsáveis por animar e mobilizar os órgãos e as entidades, e acompanhar a execução do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito das unidades descentralizadas da administração pública federal nos Estados e no Distrito Federal.

Após a apresentação, houve a participação de membros(as) do CITARC com comentários e questionamentos, momento em que a Chefe da APSD respondeu as dúvidas e apresentou informações complementares, além de informar que o MGI está atuando para, assim que conciliadas as agendas dos(as) Ministros(as) dos órgãos envolvidos, realizar evento para publicação da Portaria de instituição do Plano Federal com diretrizes para os planos setoriais.

- Decreto Nº 12.122: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12122.htm.

2. Atualização contínua e monitoramento do Plano de Integridade do MGI - 2024/2025:

A Sr.^a Coordenadora de Gestão da Integridade (AECI/COINT), Karina Mendes Nunes Viana, registrou que, conforme Modelo de Maturidade em Integridade Pública da Controladoria-Geral da União, “um processo só pode ser considerado aperfeiçoado se puder ser repetido com a mesma qualidade”. Nesse sentido, explicou que o processo de monitoramento e avaliação do Plano de Integridade 2024/2025 está em curso.

Ademais, enfatizou que, nos próximos dias, entre 02 e 20 de setembro, a equipe COINT entrará em contato com os pontos focais em integridade de cada órgão singular do MGI para orientar a atualização das ações declaradas no Plano de Integridade. A equipe também se disponibilizará a colaborar com as áreas por meio de reuniões. Por fim, mostrou o Painel de Monitoramento das Ações de Integridade e informou que a base de dados atualizada é fundamental para o aperfeiçoamento e posterior disponibilização do Painel para acesso aos servidores do MGI. O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sr. Francisco Bessa,

destacou que as Instâncias de Integridade do MGI atuam de forma conjunta em temas relativos à integridade pública, formando o Subcomitê de Integridade do Ministério, responsável por acompanhar e monitorar a execução das ações do Plano.

3. Obrigação de preenchimento do Sistema e-Patri:

Para tratar o Sistema e-Patri, foram convidadas representantes da Comissão de Ética Pública (CEP). Assim, houve a participação e apresentação da Sr.^a Ana Maria Melo Duarte Guimarães - Coordenadora-Geral de Análise de Conflito de Interesses da CEP e Clarice Knihs - Secretária Executiva da Comissão de Ética Pública da Presidência.

Na apresentação, foi apresentado o vídeo institucional a respeito do e-Patri, acompanhado de explicações e respostas às dúvidas e questionamentos, assim como o alerta que devem preencher o e-Patri pessoas em cargos FCE ou CCE.15 e superiores. Na apresentação, houve também a informação que, provavelmente na segunda-feira - 02/09, será enviado às Secretarias-Executivas das Comissões de Ética Setoriais e às AECIs um tutorial a respeito do preenchimento do e-Patri para que seja divulgado aos Agentes Públicos Obrigados (APOs) e que há tratativas com a CGU para tornar o sistema mais intuitivo.

Outras informações apresentadas:

- A Declaração de Conflito de Interesses (DCI) ano 2023 deverá ser entregue conforme cronograma abaixo:
 - De 1º a 31 de agosto de 2024, para agentes públicos nascidos nos meses de janeiro a junho; ou
 - De 1º a 30 de setembro de 2024, para agentes públicos nascidos nos meses de julho a dezembro.
- Momentos em que a DCI deve ser apresentada:
 - I - no ato da **posse** ou da **contratação** em cargo, função ou emprego nos órgãos ou nas entidades do Poder Executivo federal;
 - II - no prazo de dez dias úteis, contado da data da **designação**, quando se tratar de função de confiança equivalente ou superior à Função Comissionada do Poder Executivo de nível 5;
 - III - no prazo de dez dias úteis, contado da data do efetivo **retorno ao serviço**, no caso de agente público federal que se encontrava, a qualquer título, afastado ou licenciado, sem remuneração, do serviço, por período igual ou superior a um ano;
 - IV - na data da **exoneração**, da rescisão contratual, da dispensa, da devolução à origem ou da aposentadoria, no caso de o agente público federal deixar o cargo, o emprego ou a função que estiver ocupando ou exercendo; e
 - V - **anualmente**.
- O vídeo usado na apresentação, assim como que poderá ser visto em:
<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/servicos-em-destaque/videos-institucionais-da-cep>
- O Manual do e-Patri 2020-2022 pode ser acessado em:
<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/informacoes-estrategicas/e-patri/arquivos/manual-e-patri-2020-2022.pdf>
- e-mail de contato da CEP: etica.dci@presidencia.gov.br.

Por fim, a Sr.^a Roberta Patrícia Marinho Braga, Secretária-Executiva da Comissão de Ética do MGI, apresentou outras informações com o intuito de complementar as orientações sobre o Sistema e-Patri.

4. Guia de Gestão de Riscos do MGI:

O Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos (AECI/CORIS) e Secretário-Executivo do CITARC, Sr. Flávio Horácio Souza Vieira, relatou sobre o processo de elaboração do Guia de Gestão de Riscos do MGI, convidando os órgãos do MGI a colaborarem na revisão do documento. No relato, foi também lembrado que a minuta foi compartilhada no dia 09 de agosto para conhecimento e eventuais contribuições tanto aos(as) membros(as) do CITARC bem como aos pontos focais do tema riscos junto à AECI. O Secretário-Executivo do CITARC também destacou a oportunidade para fortalecimento do documento, com a contribuição de voluntários dos órgãos do MGI para a revisão conjunta da minuta do Guia, visando identificar especificidades e/ou procedimentos já adotados em algumas áreas que possam ser contempladas

na metodologia descrita no documento.

Na reunião, o Secretário-Executivo Adjunto do MGI, Sr. Adauto Modesto Junior, indicou o Sr. Paulo Felipe Carvalho da Silva, Chefe de Gabinete da SE para colaborar com a revisão conjunta. A Sr.^a Camila Porto Fasolo, representante titular da SPU, indicou o Coordenador-Geral Érico Madruga para apoiar o trabalho de revisão do Guia. O Sr. Francisco Bessa, presidente do CITARC, reforçou a importância da participação dos órgãos nessa revisão e solicitou que a eventual indicação de outros colaboradores fosse efetuada até o dia 30/8, para o e-mail riscos.mgi@gestao.gov.br. O Sr. Flávio Vieira informou que o primeiro encontro ocorrerá no dia 02 de setembro, às 15h, momento em que será feita a apresentação do Guia e, de forma conjunta, a discussão dos outros encontros e das contribuições dos colaboradores no processo de revisão do documento, trabalho que deverá ser concluído no início de outubro.

5. Respostas sobre Dados Abertos do MGI:

A Sr.^a Ana Carolina Quintanilha, Ouvidora do MGI, relatou que, de acordo com o painel do Plano de Dados Abertos (PDA) da CGU, 9 das 58 bases de dados estão em atraso, representando 16% do total. A Ouvidoria alertou que o cronograma e as bases de dados previstas para abertura no PDA foram decididos e validados pelas próprias secretarias finalísticas, e que o descumprimento dessas metas pode causar danos à reputação do MGI. Além disso, foi destacado que existem atualmente 26 solicitações de informações sobre as bases de dados no Portal de Dados Abertos que ainda não foram atendidas pelos pontos focais designados como gestores dessas bases.

Diante desse cenário, a Ouvidoria comunicou que enviará um e-mail para verificar a disponibilidade de agenda dos chefes de gabinete das secretarias, com o objetivo de convocar uma reunião online com todos eles e os interlocutores indicados para o PDA por cada secretaria. O propósito dessa reunião é apresentar as bases de dados em atraso, as que estão próximas do prazo de abertura e orientar sobre o monitoramento dessas bases, bem como sobre o atendimento das solicitações do público externo no Portal de Dados Abertos, no contexto do MGI.

No momento do envio do convite para a reunião online via *Outlook*, serão anexados documentos que permitirão às chefias de gabinete contextualizar, junto aos interlocutores e gestores de bases de suas respectivas secretarias, o andamento dos trabalhos nessa pauta. Respostas a questionamentos também foram apresentadas pela Ouvidora do MGI após a apresentação do assunto.

6. Importância do acompanhamento das abordagens dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) no MGI:

O Sr. Dilson Gonzaga Pereira Neto, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Controle (AECI/CGAC), na perspectiva da atividade de acompanhamento das ações dos órgãos de controle interno e externo, reforçou a necessidade de fiel observância dos procedimentos contidos na Portaria MGI nº 910, de 23 de março de 2023, no que tange ao adequado tratamento de demandas provenientes de órgãos de controle, Portaria cujo cumprimento é obrigatório no âmbito dos órgãos que compõem o MGI.

Destacou-se a importância de a AECI ser acionada para acompanhar as agendas com os órgãos de controle, a fim de que possa oferecer apoio qualificado aos órgãos demandados, mediar as interlocuções, detectar temas sensíveis e colaborar na mitigação do risco de ruídos, além de estar atualizada sobre as abordagens em cursos, suas especificidades e desafios, de forma ampla no contexto do MGI, inclusive para fins de oferecer reportes à Secretaria-Executiva e ao Gabinete da Ministra.

- Portaria MGI nº 910: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mgi-n-910-de-23-de-marco-de-2023-472715530>.

Pautas relacionada ao CITARC:

7. Boletim Informativo CITARC;

8. Monitoramento Plano CITARC 2024; e

9. Avaliação de Conformidade e Performance dos Comitês de Governança (ACPG) do MGI:

O Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos (AECI/CORIS) e Secretário-Executivo do CITARC, Sr. Flávio Vieira, informou que compartilhará, no processo SEI, o Boletim Informativo CITARC Nº 02 - Agosto/2024, assim como as informações referentes ao monitoramento das ações do Plano CITARC 2024 (incluídas na apresentação), ações estas planejadas no início de 2024 e acompanhadas pela Coordenação de

Por fim, o Secretário-Executivo do CITARC informou que será realizada a Avaliação de Conformidade e Performance dos Comitês de Governança (ACPG) do MGI, incluindo o CITARC, a ser realizada por intermédio de instrumento de autoavaliação (qualitativo) em periodicidade bienal. O questionário conterá 32 questões que medem o grau de concordância dos membros quanto às afirmativas listadas, sendo 19 referentes à dimensão conformidade de mecanismos ou práticas do comitê e 13 relativas à dimensão performance da instância. A previsão é que ocorra o envio do formulário em 23 de setembro com a coleta até o dia 04 de outubro.

A CGGOV/DGE/SSC deverá encaminhar, uma semana antes do envio do formulário, comunicação resumida para conhecimento de todos com as devidas orientações e enfatizando a importância da realização da autoavaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da reunião, após a apresentação dos temas relacionados ao Comitê, o Secretário-Executivo do CITARC agradeceu a presença de todos os participantes, e finalizou lembrando que a próxima reunião ocorrerá no dia 31 de outubro de 2024.

Os documentos tratados na reunião estão disponíveis para consulta no presente processo.

FLÁVIO HORÁCIO SOUZA VIEIRA
Secretário-Executivo do CITARC
Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos
Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Presidente do CITARC
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno Substituto - AECI

Anexo – Participantes da 4ª Reunião Ordinária do CITARC

Membros Titulares

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
	GM	Ana Carolina Quintanilha dos Santos Loriato	OUV
Adauto Modesto Júnior	SE	Fernanda Álvares da Rocha	CORREG
	SETE	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	AECI
	SEGES		APSD
	SGP		AECS
	SRT		AEAI
	SGD		ASPAR
	SEST		AECF
Camila Porto Fasolo	SPU	Nathalia Karoline Carvalho Maia Vale	CONJUR

Wanessa Queiroz de Souza Oliveira	SSC		CE
	AN		

Membros Suplentes

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
	GM		OUV
	SE		CORREG
	SETE	Dilson Gonzaga Pereira Neto	AECI
Jamie Esteves Conceição Chagas	SEGES	Juliana Mendes Rodrigues	APSD
Maria da Penha Barbosa da Cruz	SGP		AECS
	SRT	Victoria Echeverria	AEAI
Ana Carolina Romão Degaspari	SGD	Arthur Oliveira Chagas	ASPAR
	SEST		AECF
	SPU		CONJUR
Paulo Augusto Rocha Goulart	SSC	Marcela Coelho Monteiro	CE
	AN		

Equipe AECI

Nome	Unidade
Ana Ndjane Melo Santos de Camargo Spina	AECI/COINT
André Walther Breternitz	AECI/CGAC
Cibelle Nidia Ribeiro de Carvalho	AECI/COINT
Carlos Alberto de Camargo Spina	AECI/CORIS
Karina Priscila Aparecida Pinto Leite	AECI/DIETI
Karina Mendes Nunes Viana	AECI/COINT
Renato Coelho Lopes Júnior	AECI/COINT
Rita de Cássia Teixeira Souza	AECI/CORIS
Roberta Patricia Marinho Braga	AECI/DIETI
Walkyria Lauer	AECI/DIETI

Participantes Convidados MGI

Nome	Unidade
Fernanda Costa Carvalho	SPU
Henrique Jose Massote de Godoy	SSC
Iara do Espírito Santo	SSC
Mathias Alberto Moller	SSC
Rhamu Guimarães Aguiar de Oliveira	SSC
Rosana Celia da Silva Araujo	SSC
Rubiane Rios Ferreira Araujo	SSC
Vladimir Assmann	SSC

Participantes Convidados Comissão de Ética Pública

Nome	Unidade
Ana Maria Melo Duarte Guimarães	CEP
Clarice Knihs	CEP
Fabio Boeres Juvencio	CEP
Talita Cristina de Oliveira Menezes	CEP



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Horácio Souza Vieira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 18/09/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Presidente(a) de Comitê**, em 18/09/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45109207** e o código CRC **01464210**.